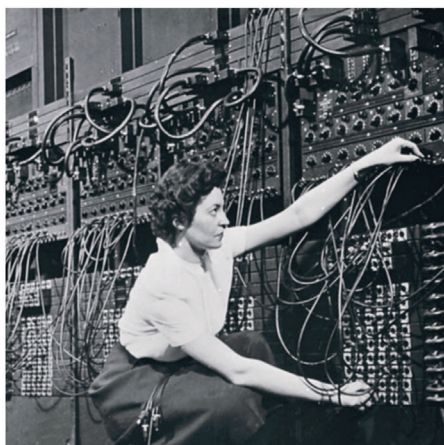


PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 14 - 2022



Revistas de Ideias e Cultura:
entrevista ao professor Luís
Andrade

Joana Malta

Práticas da História, n.º 14 (2022): 185-199

www.praticasdahistoria.pt

Revistas de Ideias e Cultura: **entrevista ao professor Luís Andrade**

Por Joana Malta

Como parte do número especial da *Práticas da História* intitulado “Humanidades Digitais na teoria e prática da História”, o professor Daniel Alves desafiou-nos a entrevistar o professor Luís Andrade, diretor do programa Revistas de Ideias e Cultura (RIC), do qual o Portal RIC (www.ric.slhi.pt) é o resultado mais notável. O professor Luís Andrade é ainda coordenador do Seminário Livre de História das Ideias e do Grupo de Investigação Pensamento Moderno e Contemporâneo do CHAM – Centro de Humanidades. Foi ainda professor do Departamento de Filosofia (FCSH-UNL).

Joana Malta: O projeto RIC tem quase duas décadas. Como é que se iniciou este percurso?

Luís Manuel Crespo de Andrade: O portal Revista de Ideias e Cultura tem o Seminário Livre de História das Ideias como autor coletivo. O Seminário iniciou-se no início dos anos 90, e é constituído por alunos que tinham concluído o mestrado em História Cultural e Política e que cultivavam o debate académico e de ideias entre si. Foi nesse quadro que no final, na passagem do século, dedicámos um ano ao estudo do *Affaire Dreyfus* e da sua presença ou repercussão em Por-

* Joana Malta (joanamalta@fcs.unl.pt), CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

tugal. Dos intelectuais, transitámos para a história das revistas, porque as revistas foram exactamente um lugar por excelência em que os intelectuais dos mais variados tipos acabaram por se agrupar e constituir a sua própria identidade, no conjunto das publicações que fizeram, até se formar uma espécie de ágora nacional em que as grandes doutrinas, as grandes correntes de sensibilidade, os grandes combates cívicos, tiveram os seus órgãos. Foi esse trânsito do *Affaire Dreyfus* para o lugar das revistas que esteve fundamentalmente presente. Por isso mesmo, no início do presente século, fizemos um ciclo de conferências na FCSH sobre as principais correntes de pensamento e de sensibilidade e a sua relação com as revistas durante a Primeira República. Contámos com conferências de José-Augusto França, de Eduardo Lourenço, de José Augusto Seabra, de Manuel Braga da Cruz, de António Reis, de João Freire, entre outros, que publicámos depois num livro intitulado *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Português Contemporâneo*. A partir daí, o grupo que tinha sido fundamentalmente um seminário, um lugar de debate coletivo, passou a ser também um grupo de investigação, e pensámos dedicar-nos ao estudo dessas várias correntes de pensamento que marcaram o século XX, a partir das revistas que tinham sido os seus órgãos. Por isso mesmo, dividimo-nos tematicamente. Uns ficaram responsáveis pela *Águia* e pela Renascença Portuguesa, outros ficaram pelas revistas modernistas, outros ficaram responsáveis pelas revistas integralistas, enfim, pelas variadas correntes de pensamento que marcaram o século. Tudo isso aconteceu simultaneamente à emergência do digital neste âmbito. Fizemos uma espécie de associação, havendo interesses convergentes com a Fundação Mário Soares, que já se tinha distinguido no domínio dos arquivos digitais, nomeadamente através do doutor Alfredo Caldeira, que estava a preparar a Casa Comum, e com a Biblioteca Nacional. Fizemos essa parceria e, a partir daí, fomos apurando e definindo a nossa metodologia. Primeiro, deu lugar a dois *websites* na Biblioteca Nacional Digital. Depois editámos três DVD conjuntamente com a Fundação Mário Soares, e finalmente verificámos que a solução teria de ser outra. Acabámos por apontar para a construção de um portal em que cada uma das revistas

que estudámos tivesse o seu *website*. É por isso que, neste momento, temos o portal com mais de trinta revistas publicadas, com as coleções completas – que não existem, em muitos dos casos, nas próprias instituições de referência –, com o mapeamento do conjunto da informação contida nessas mesmas revistas, e com todo um aparato académico e técnico, particularmente elaborado, que fomos construindo e apurando ao longo dos anos.

JM: Porquê as revistas de ideias e cultura como objeto?

LMCA: Porque a cultura portuguesa, e genericamente europeia e americana, a partir do século XX, até à afirmação com muita força do audiovisual, foi uma cultura fundamentalmente feita em revistas. Isso em Portugal é particularmente visível. Basta pensar, por exemplo, que Fernando Pessoa só publicou um livro, no ano da sua morte, mas dirigiu e escreveu muitas revistas, ou que António Sérgio escreveu centenas e centenas de artigos, alguns dos quais foram desenvolvidos e convertidos nos Ensaios. Todas as grandes figuras de cultura, de alguma forma, dirigiram revistas, escreveram abundantemente nelas, e muitos dos livros que publicaram são exactamente reuniões de dispersos que tinham sido inicialmente dados à estampa nas revistas. Às vezes, há uma dificuldade na compreensão histórica que resulta de se compreender bem o que é anacrónico de um ponto de vista de um conceito, ou de uma tese, e tem-se dificuldade em compreender como é que o ambiente de uma determinada época se estruturava. Um bocado como não se consegue compreender, olhando para uma cidade, a rede de electricidade, mas é esta rede que dá realidade à cidade. Há questões estruturais, de contexto, de fundo sociológico, digamos assim, de sociologia da cultura, de sociologia política, que é absolutamente necessário compreender para se ter uma percepção minimamente rigorosa do que é uma revista, e de qual é o lugar de uma revista, ou do conjunto das revistas, ou do conjunto da imprensa. Basta, por exemplo, pensarmos que as revistas ilustradas foram o lugar onde as pessoas, de um modo geral, passaram

a conhecer o mundo. Não é que não houvesse gravuras nas revistas antigas, mas a revista ilustrada dava-nos a conquista dos Himalaias, ou dava-nos a chegada ao Ártico, ou dava-nos a morte do rei, ou dava-nos a coroa ali ou acolá, os povos do mundo, as mais variadas coisas sob a forma de imagem. O que é sempre fundamental nessas revistas é esta relação entre o texto e a imagem. Não é possível compreendermos a difusão de uma atitude cultural cosmopolita se não entendemos o lugar que a revista tinha. Simultaneamente, as revistas são lugares de profunda sedução, porque são coisas leves, compostas de materiais muito diferentes uns dos outros, onde a imagem e o texto correm a par, onde os melhores ilustradores se dão a conhecer, e há sempre uma vertente simultaneamente artística, literária. É preciso compreender esse mundo da imprensa cultural para podermos apreender o sentido da importância das revistas de ideias e cultura. As revistas, elas próprias, inventaram públicos, porque uma das suas características frequentes é o facto de serem dirigidas a públicos específicos, que no fundo são comunidades criadas tendo os mais variados assuntos: as revistas femininas, as revistas de juventude, as revistas de cinema, de teatro, de arqueologia, tecnologia, etc. A comunidade é criada, em certo sentido, em torno da revista, como aliás ainda hoje acontece com as revistas científicas que são as referências fundamentais das comunidades científicas respectivas. Publicar aqui ou publicar ali é sempre procurar o sítio onde a comunidade se encontra e tem as suas referências. Por outro lado, num contexto destes, aquilo que qualquer grupo de homens de letras e intelectuais, pessoas com vontade de estar presente na sociedade, pretendia, era, naturalmente, dar-se a conhecer e existir através de uma revista. E mais ainda, a própria identidade de cada um, em grande medida, é uma identidade criada por via da revista. Nós dizemos que “os *seareiros*”, o grupo fundador da *Seara Nova*, constituiu-se como uma espécie de corpo doutrinário exactamente nesse sentido, assim como dizemos “os *presencistas*”, ou como dizemos “os do *Orpheu*”, ou “os da *Nação Portuguesa*”. No fundo, a identidade é dada na inter-relação que estes intelectuais estabelecem uns com os outros, centrada na revista, de alguma forma de um modo particularmente dinâmico, porque as revistas

fazem simultaneamente qualquer coisa de muito particular e difícil, que é o serem capazes de reunir o pensamento e a atualidade. Trata-se de intervir no momento, de decifrar o correr dos tempos, e de ser capaz de lhes apontar sentidos. O que significa, genericamente, que as revistas, especialmente aquelas que foram particularmente longas, são uma espécie de filmes do tempo, porque a cadência faz com que cada uma das edições, semanal ou quinzenal, fosse uma espécie de fotograma. Não só vemos o pensamento do grupo que o dirige como vemos o pensamento do grupo que o dirige em movimento, como ele vai transitando ao longo dos tempos e, em alguns casos, metamorfoseando-se, com as suas dissidências, com as suas entradas, com os seus ciclos... Simultaneamente, as revistas criam públicos fiéis, exactamente por via da periodicidade. Por um lado, porque as assinaturas eram sempre a forma mais segura de dar estabilidade financeira a uma revista. Mas por outro lado, porque as pessoas vão ler as revistas da sua preferência, e qualquer pessoa culta ou de um certo estrato social, e mesmo também popular – porque sempre houve revistas para todos os preços –, colecionava as suas revistas, os seus títulos, e sentia-se de alguma forma identificada com esse tipo de pensamento. Isso significa que as revistas criam correntes de pensamento, que existem exactamente nessa relação dinâmica, dialéctica, de umas com as outras, o que aliás explica as polémicas, bem como todo um mundo que é feito não só de intelectuais mas também de publicistas. Pelo que escolher as revistas é, naturalmente, escolher aquilo que é a matéria mais substantiva da história cultural portuguesa. É possível fazer a história cultural portuguesa do século XX lendo unicamente revistas, e não é possível fazê-la omitindo o essencial dessas mesmas revistas. Qual é o problema? Porque é que dizemos, inclusivamente, que se sabe pouco sobre a história cultural portuguesa do século XX? Em grande medida, porque as revistas são fontes difíceis. A *Seara Nova*, na primeira série, tem 1604 números, tem mais de dois milhares de autores presentes, e, nesse aspeto, tem autores que escrevem duas ou três centenas de artigos. Obviamente, apreender estas fontes é qualquer coisa de particularmente complexo e difícil, porque os artigos são citados de uma forma muito fragmentada, isolando uma frase, isolando um

artigo, uma polémica. A sua compreensão, e apreensão, no seu todo, torna-se particularmente difícil. Ora, nós escolhemos as revistas que têm este significado, e acabámos também por escolher a possibilidade de se fazer uma história cultural, política e cívica diferente, através do nosso portal.

JM: Editam digitalmente revistas de ideias e cultura. Que soluções é que o projeto encontrou para tratar e editar estas fontes, de dimensão tão grande?

LMCA: Bem, diria que se conjugam diferentes critérios. O primeiro critério é um critério de historiografia cultural, ou das ideias, que tem que ver com a seleção dos títulos que fomos editando. Como acabei de dizer, o universo das revistas é muito extenso, e seria impensável pretendermos fazer uma espécie de apreensão geral de tudo o que foi publicado. Mas há um fator que, do ponto de vista historiográfico, facilita as coisas, que é o de se ter vivido, ao longo do século XX, até aos anos 90, ao pós-modernismo, digamos assim, todo um período em que o combate de ideias foi muito vivo e se atribuía grande valor às ideias... como guia da ação pessoal e como fator de transformação social e cultural. Essa vivacidade fez com que o debate se tivesse centrado em torno de movimentos que tinham uma identidade forte. Isto é, o primeiro critério que utilizámos do ponto de vista da escolha das revistas foi o de identificar as grandes correntes de pensamento que se tinham confrontado ao longo do século XX. Por exemplo, fizemos o conjunto das revistas da Renascença Portuguesa, *A Águia*, a *Vida Portuguesa*, a *Princípio* e por aí fora, porque é o maior movimento cultural, teve centenas de intelectuais, universidades populares etc., de matriz republicana, entre 1910 e 1932. Obviamente, nessa altura, também era relevante considerar as revistas modernistas, e por isso mesmo tratámos, praticamente, todas as revistas modernistas daquilo que às vezes se chama o primeiro modernismo, ou seja, a *Orpheu*, a *Portugal Futurista*, a *Centauro*, a *Exílio*, a *Contemporânea*, a *Athena*, nomeadamente as revistas onde

a presença de Fernando Pessoa foi particularmente significativa. São também muito relevantes as revistas anarquistas e anarcossindicalistas, de que temos as quatro principais também reproduzidas. Mas também há as revistas feministas, ou, noutra dimensão, as revistas de arquitetura que são riquíssimas, exactamente nessa altura. Há revistas que só por si são um movimento, como o caso da *Seara Nova*. Isso permite ter um critério historiográfico inequívoco que, à luz do saber constituído, é bastante sólido, e permite tratar esses grandes títulos. O segundo critério que utilizámos para desenvolver o projeto é um critério que tem que ver com o mapeamento da informação contida nas revistas. Uma vez escolhidas as revistas, como é que vamos abordar o seu conteúdo? Aí, seguimos critérios de biblioteconomia. Não fazia sentido criarmos uma forma de mapear que não fosse assente em modelos consolidados e correntes no domínio da biblioteconomia, nomeadamente, na produção dos analíticos à luz do campo 600 do UNIMARC. O que significa que todas as peças publicadas nas revistas, pequenas ou grandes, de ilustração ou de texto, têm um analítico respetivo, que está integrado numa base de dados, onde registamos os autores singulares, os autores coletivos, os conceitos, os assuntos, os nomes singulares citados, os nomes coletivos citados, as obras citadas e os nomes geográficos. Pela nossa experiência, supomos que esses oito itens tratam de toda a informação mais relevante que qualquer revista tenha. Nesse aspeto, fazem um mapeamento exaustivo, com alguma economia de meios, isto é, com itens bem definidos. Um mapeamento assim feito permite-nos fazer índices de pesquisa conformes. Aquilo que aqui pode ser um pouco diferente do que seria mais corrente é o facto de não usarmos palavras-chave, mas conceitos e assuntos. Para isso, construímos um *thesaurus*, que serve de referência geral, e ambicionamos um dia fazer *thesauri* específicos para as revistas de cada um dos movimentos que estudamos. É um instrumento absolutamente fundamental para se evitar o anacronismo e todos os defeitos que daí decorrem. O terceiro referente é um referente, naturalmente, de informática. Construímos aplicações e um modelo para o registo, que é feito *online* em qualquer sítio do mundo. Logo na primeira revista que publicámos, a *Atlântida*, a base de dados

foi feita pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com registo à distância. Também criámos um modelo editorial, propriamente dito, que tem muitas particularidades. Obviamente, há muitos critérios que seria descabido agora considerar um por um, mas este modelo editorial procura reproduzir o ambiente das revistas, não sendo mimético. Quem circula no *website*, fá-lo não como se estivesse num arquivo com alíneas, mas praticamente como se estivesse numa revista, o que lhe confere, digamos, uma graciosidade própria.

JM: Algumas das propostas de enquadramento do que hoje cabe sob o chapéu das Humanidades Digitais passam pela defesa do livre acesso a fontes, a dados e a código. Qual é a posição do RIC em relação a este aspeto?

LMCA: O nosso assunto, em grande medida, é o de proporcionar o acesso aberto a fontes primordiais da cultura portuguesa, no estado da arte das Humanidades Digitais. O acesso universal a essas fontes primordiais, só por si, altera as condições de investigação da cultura portuguesa do século XX. Se pensarmos que a isso adicionámos o mapeamento sistemático da informação e a possibilidade de a consultar em pesquisa simples, ou em pesquisa avançada, com outras modalidades que queremos também tornar disponíveis, isso só por si cria condições totalmente diferentes não só de acesso, mas de abordagem. Sendo que também acrescentámos a tudo isso um conjunto de estudos, de documentos, de testemunhos, até de dados estatísticos que completam os *sites*, e que no fundo constituem dossiers documentais fundamentais. Ora, isto é muito mais do que acesso aberto. Não é simplesmente pôr lá a fonte. Se nós colocássemos lá a fonte, fazíamos um trabalho, em certo sentido, à luz dos padrões editoriais, relativamente indigente. Não é que não fosse relevante, mas seria um trabalho muito incipiente, relativamente àquilo que é a obrigação de um programa como o que desenvolvemos. O nosso critério é o de fornecer o acesso segundo o nosso padrão de edição. Esse padrão de edição pode parecer, em cer-

to sentido, restritivo. Por exemplo, não usar a palavra-chave ou, por enquanto, não facultarmos o OCR. Mas permite de facto um mapeamento sistemático da informação, evitando, inclusivamente, em muitos casos, situações de leitura precipitada e equívoca. A nossa perspetiva é a de dar a consistência científica e técnica necessária à base de dados, para ela ser interrogável e para ela responder. É muito mais do que a procura sincrética de nomes ou de palavras. O esforço que vamos fazer a seguir é o de desenvolver ferramentas que possibilitem colocar mais perguntas e obter mais respostas. Um exemplo muito simples: pois bem, há trezentos e tal artigos de [António] Sérgio publicados. Como é que se distribuem pelos anos? Como é que se cruzam com as referências que foram fundamentais e que ele cita em cada uma das suas épocas? Ora, alguns desses instrumentos já podem ser utilizados. É possível, por conseguinte, trabalhar e fornecer ferramentas que têm muitas modalidades diferentes de se concretizar, e é exactamente isso que pretendemos desenvolver.

JM: Uma questão recorrente, e que já respondeste parcialmente agora, que me foi colocada por várias pessoas a quem apresentei parte da minha tese, passa pelas opções metodológicas adotadas desde cedo pelo grupo de trabalho, nomeadamente o método para a recolha e indexação de oito índices que caracteriza cada artigo. Já falaste um pouco do processo, podes falar um pouco dos motivos subjacentes à vossa recolha? Disseste, ainda agora, que por enquanto não usam OCR. O que é que isto significa no contexto de todo este trabalho?

LMCA: A base da nossa metodologia é de fundo analítico. Quer dizer, nós supomos, como na segunda regra do método cartesiano, que primeiro é necessário decompor artigo a artigo, peça a peça, identificar autores, conceitos, assuntos, lugares geográficos, e que só o mapeamento sistemático, só uma análise analítica e sistemática dos conteúdos é que nos vai colocar em situações de podermos fazer sínteses que sejam consistentes e que sejam rigorosas. Isto é o contrário do que é normal,

ou do que é mais corrente, pelo menos, do ponto de vista de que o nosso projeto não é um projeto de agregar informação. Nós agregamos a informação depois de termos considerado isoladamente cada um dos itens, que são os itens que correspondem exactamente aos analíticos do UNIMARC, não é uma invenção nossa. Escolhemos entre os itens, mas não os inventámos. Suponho que é a única forma de facultar as fontes, em termos absolutamente rigorosos, a quem as vier consultar. Tem implícito todos os instrumentos necessários para se fazerem sobre cada revista, ou sobre cada conjunto de revistas, os índices, consultados de uma forma agregada ou separada, por movimento, ou no seu conjunto, ou no conjunto das relações que se quer estabelecer. Isto significa que há implícitos os materiais necessários para quatro dicionários: o dicionário de autores, o dicionário de conceitos, o dicionário de assuntos, e o dicionário de receção do ponto de vista dos autores e das obras citadas. Trata-se de um tipo de material que está feito com todo o rigor possível e que, obviamente, é completamente diferente de pesquisa por OCR, ou por qualquer outro modelo desse tipo, que nunca teria esse género de rigor. Basta que seja citado “o autor de *Os Lusíadas*” para se perder a palavra Camões. No fundo, há aqui um trabalho massivo de construção das bases de dados, que é um trabalho muito aturado, e muito complexo, mas que é recompensador, porque é a única forma de se ter uma reprodução da fonte que, de facto, nos dá o retrato e o registo do conjunto dos seus conteúdos. Por outro lado, os OCR, por mais aperfeiçoados que sejam, têm uma margem de erro muito grande.

JM: Por fim, será brevemente disponibilizado um novo portal, o RIC Brasil, onde vai ser editado...

LMCA: Mas deixa-me dizer uma coisa para ir atrás, que é o seguinte: a consulta pelas bases de dados e pelos índices, associada às modalidades de pesquisa existentes e que não de existir, altera substantivamente a condição do leitor. Até porque transita-se diretamente das bases de dados para os artigos. Temos observado nos últimos tempos um incre-

mento de estudos, nomeadamente estudos monográficos, que só são possíveis por esta via que recorre às ferramentas que nós criámos. Por exemplo, no centenário da *Seara Nova* houve um conjunto grande de artigos [escritos a este propósito] onde, manifestamente, [foi] o trabalho que está previamente feito de indexação que [serviu de] base ao respetivo artigo. Trata-se de uma forma de analisar e de pensar as fontes que em si mesma é historiografia; ou seja, não é simplesmente uma reprodução ou uma indexação, é uma reprodução e uma indexação que simultaneamente, pelo conjunto de materiais que produz, desde relacionar os pseudónimos com os ortónimos, até os *thesauri* que tem por detrás, até a classificação dos assuntos, até os vocabulários fechados que usa, incorpora em si um trabalho historiográfico aturado. Não é simplesmente reproduzir originais, não é um trabalho de fotocópia ou de construção de índices, é um trabalho bastante mais elaborado que é disponibilizado e que possibilita ao leitor ter um diálogo com a fonte que de outra forma não existiria. No fundo, o que existe aqui é a construção de um novo paradigma da história cultural, onde o leitor tem a possibilidade de navegar na fonte, de a interrogar, e tem as ferramentas que lhe permitem não simplesmente seguir um fio condutor de interpretação, mas fazer o seu próprio caminho nos mais variados domínios. Confere-se um poder, uma capacidade e uma destreza ao leitor da revista que nunca teria em outras circunstâncias.

JM: Retomando a pergunta que ia colocar, vai sair brevemente um novo portal do RIC, o RIC Brasil, onde vai ser editado um conjunto de revistas brasileiras. Este portal pode ser o início de uma nova etapa do projeto, com maior internacionalização. Pergunto: o que é que se espera, a partir daqui, do projeto RIC?

LMCA: O RIC não é bem um projeto, é um programa, é um programa em execução. O nosso objectivo final é fazer qualquer coisa como o mapeamento da cultura portuguesa contemporânea nas suas 150 revistas mais relevantes. O nosso programa tem tido um acolhimento muito

positivo. Nós, neste momento, temos mais de 80 000 utilizadores desde 2015, numa taxa anual que, ininterruptamente, vai crescendo de forma muito sustentada, mais de 20% dos quais fora de Portugal, e dois milhões de páginas consultadas. Significa, genericamente, que pensamos não ter errado no nosso modo de construir as coisas, se pensarmos que os resultados é que nos podem dar o retorno das hipóteses que colocamos e dos objetivos que temos. Isto reflete-se também na capacidade que o programa tem de atrair investigadores. O programa tem uma equipa-base, que eu dirijo, que tem um editor executivo, Pedro Lisboa, que tem uma documentalista, Joana Lima, que tem um informático facultado pela Fundação Mário Soares, que é parceira permanente, Hugo Guerreiro, que tem uma *web designer*, Isabel Sampaio Soares, que te tem a ti no que diz respeito às questões da estatística e do desenvolvimento no domínio das Humanidades Digitais. Isto é como se fosse uma pequena equipa editorial porque, por outro lado, há os membros do Seminário Livre de História das Ideias que escolhem revistas dos seus interesses e que, obviamente, vão construindo a base de dados, e vão sendo os editores e os curadores de cada uma das revistas no seu respetivo *website*. Para além disso, há uma capacidade grande que o programa tem de atrair investigadores que estão fora da nossa área inicial, ou até, às vezes, de atrair investimentos de instituições que acham relevante que esta ou aquela revista conste no nosso portal. Temos investigadores pós-doc que o objeto do seu pós-doc são estas revistas. Temos centros de investigação que se dirigiram à produção de *websites* na nossa área. Temos investigadores isolados que reconheceram o mérito e, por conseguinte, eles próprios também quiseram avançar. Isso revela um aspeto fundamental das Humanidades Digitais, pelo menos quando elas correm bem, que é a sua capacidade de desencadear trabalho colaborativo. E, felizmente, temos tido essa capacidade de encontrar muita gente que acha mais interessante trabalhar com o nosso apoio, com a nossa retaguarda, com a nossa formação, com o nosso modelo – o trabalho deles é sobre a revista, não é sobre o processo editorial da revista –, que acha mais interessante produzir algo que fique e que tenha uma expressão deste género do que andar a escrever *papers* que têm uma

leitura muito duvidosa, que, na maior parte dos casos, leva-os o vento. São realidades absolutamente efêmeras e é quase uma espécie de trabalho que os próprios sentem relativamente perdido, porque não produziu nenhum efeito, a não ser umas mais alíneas no respetivo *curriculum*. Neste âmbito, para nós é fundamental a relação com a comunidade científica e discutirmos em campo aberto todas as questões que estão em jogo nas nossas decisões, porque obviamente temos sempre muito a aprender com os outros. Fizemos isso relativamente ao Brasil, fizemos algumas exposições do nosso trabalho, e tivemos o prazer de ver que um conjunto de investigadores muito relevantes, investigadores seniores, que têm obras relevantes sobre a história das revistas, das ideias, da circulação de ideias através das revistas no Brasil, sentiram-se interessados pelo nosso trabalho. Todos, aliás, fizeram as teses de doutoramento sobre revistas, que é uma coisa interessante, e conseguimos, a partir daí, uma equipa ligada à Biblioteca Brasileira Mindlin, e fizemos um protocolo entre a Universidade Nova e a Universidade de São Paulo que permitiu criar o RIC Brasil. Vai começar com as seis principais revistas associadas à Semana de Arte Moderna de São Paulo – por conseguinte, participámos nas comemorações do centenário – e ficarão disponíveis no início do verão deste ano, e pensamos, naturalmente, que tudo isto terá também lá sequência. Toda a retaguarda é nossa e isso é relevante. Mas há um aspeto que para nós é também de muito interesse, um aspeto de internacionalização, que é o das grandes alterações, teórico, da metamorfose que, necessariamente, a história cultural não pode deixar de sofrer por via do contexto digital. Quer dizer, muitas vezes olhou-se para o digital como se fosse qualquer coisa que se acrescentava ao existente. Ora, o digital não se acrescenta ao existente. O digital metamorfoseia o existente. Por conseguinte, o que vem depois é outra coisa. Não pode deixar de haver aí uma mudança substantiva e profunda, radical, do paradigma da história cultural. O leitor tornar-se navegador. Há perguntas que subsistem há muito tempo, que não eram suscetíveis de serem respondidas a não ser por esta via. Há perguntas que, simplesmente, ao olhar para a base de dados, permitem tirar conclusões. Por exemplo, a importância do *Mercure de France* na *Águia*,

que tu sublinhaste [na tese de doutoramento], é uma coisa que não consta na literatura. Ou, por exemplo, a distribuição estatística do conceito de saudade – que no fundo é algo que existe enquanto o Teixeira de Pascoaes é o diretor literário da revista e que se esbate logo a seguir. Há perguntas que existiam e não tinham respostas, há perguntas que a base de dados suscita e que têm dimensões hermenêuticas e heurísticas relevantes e que ninguém tinha reparado nelas, e há depois, digamos, toda uma forma de fazer história e de fazer história cultural que se altera substantivamente, por vários motivos, alguns simples e outros mais complexos. Entre os simples está o que há pouco referi, da cultura e do pensamento serem fortemente doutrinários ao longo do século XX, e, por conseguinte, constituem-se correntes de opinião bem definidas e combativas entre si. Significa também que um aspeto fundamental de cada uma destas correntes passou a ser a construção da sua própria memória. Por exemplo, a memória do neorrealismo é um terreno de combate entre quem ficou como herdeiro do neorrealismo, ou a importância da memória da *Seara Nova* e o seu significado, ou também de *O Tempo e o Modo*. De alguma forma, há um aspeto que é aqui relevante: uma abordagem feita com uma outra metodologia, que segue um outro caminho, que faz um levantamento sistemático da fonte, permite questionar diretamente muitas das ideias que estão feitas, que se foram cristalizando, e que como as fontes são difíceis de estudar, porque são extensas e complexas, passaram a ser verdades tidas como adquiridas. Por outro lado, pela mesma via, há todo um acesso à informação que permite fazer relacionamentos absolutamente inesperados, ou permite até abordar de uma forma quase inocente, isto é, de uma forma despidida de preconceito, criar um olhar novo, diferente, assente na inocência do olhar, na capacidade de ver pela primeira vez, porque a inocência é uma coisa e a ingenuidade é outra. Pelo que a nossa internacionalização nos interessa na medida em que ficámos muito satisfeitos que o nosso modelo possa ser reconhecido e utilizado por terceiros. É uma internacionalização que nos interessa no plano teórico, da metamorfose da história, do que seja a história cultural, por via do agente informático, e ainda é uma internacionalização que nos interessa do ponto de vista

de acompanharmos a evolução genérica das Humanidades Digitais, nomeadamente naqueles aspetos que nos permitem compreender como é que a análise qualitativa das nossas bases de dados quantitativas pode dar lugar a outras ferramentas, e pode dar lugar a instrumentos mais exaustivos na sua abordagem. Não estamos a dirigir o pensamento de ninguém para nenhum sítio, mas estamos a criar instrumentos de análise quase matemática, digamos assim, e a fazer com que as pessoas passem da aritmética à análise funcional.

JM: Muito obrigada!

Referência para citação:

Malta, Joana. “*Revistas de Ideias e Cultura: entrevista ao professor Luís Andrade*”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 14 (2022): 185-199.